

DECRETO SURPRESA

Roberto Rodrigues*

Em setembro de 2009, depois de amplo estudo realizado pela Embrapa, o governo federal estabeleceu por decreto o zoneamento agroecológico da cana de açúcar em todo o território nacional. No trabalho, que identificou 40 milhões de hectares com aptidão total favorável ao cultivo da gramínea (entre 64 milhões favoráveis, mas sem aptidão total), ficavam excluídas três regiões: a Amazônia, o Pantanal e a bacia do Alto Paraguai que é o nascedouro da maioria dos rios pantaneiros. Estas áreas eram então consideradas ambientalmente frágeis e com clima inadequado para a cana, além das limitações logísticas inerentes a elas. A iniciativa derivava de duas preocupações: que a produção da cana não gerasse devastação ambiental e nem competição com a de alimentos, fatos que aconteciam em outras partes do mundo. Isso daria muita credibilidade ao modo de produção brasileiro, destruindo eventuais acusações de desmatamento para a atividade canavieira, isto é, o etanol aqui gerado era plenamente sustentável. O zoneamento não baniu canaviais já existentes no Acre, no Pará e no Amazonas, mas proibiu o crédito para expandir aí a produção ou a instalação de novas usinas. A restrição não era focada na Amazônia Legal, e sim no Bioma Amazônico, onde aliás chove muito, prejudicando as qualidades industriais da cana. Na época do decreto, que foi muito bem recebido pelo setor, a região tinha menos de 3% das usinas brasileiras (cerca de 12 unidades industriais). Tudo corria muito bem, apesar de algumas tentativas para mudar o decreto feitas por interessados das diversas regiões fechadas, todas fracassadas.

Mas no último dia 6 de novembro, o governo surpreendentemente revogou o decreto.

Não resta dúvida de que era tempo de uma atualização do zoneamento, sobretudo em função de novas tecnologias que permitem, por exemplo, a colheita mecanizada em áreas com declividade de até 18%, enquanto em 2009 a tecnologia só admitia até 12%, o que entrou no decreto.

Atualmente, os canaviais ocupam 10,8 milhões de hectares no Brasil, segundo a Única. Supondo que não haverá aumento de produtividade de cana até 2030 (o que é absolutamente improvável), seria necessário plantar mais 11 milhões de hectares com a cultura para o país atender ao compromisso de redução de emissões de CO₂ assumido no Acordo de Paris, lembrando que o etanol de cana emite 11% do que é emitido pela gasolina. E não há necessidade de um único hectare das regiões amazônicas ou pantaneiras. Ao contrário, o crescimento de canaviais, embora pequeno, vem ocorrendo em áreas de pastagens degradadas do centro oeste e do Sudeste.

Alguns analistas acreditam que a revogação do decreto poderia vir a prejudicar a visão internacional da inequívoca sustentabilidade do etanol brasileiro de cana. No ano passado, mais de 950 milhões de litros foram exportados para o continente americano, 600 milhões para o asiático e 50 milhões para a Europa. E tudo indica um crescimento dessas exportações inclusive com o RenovaBio editado em 2017 por Michel Temer e que deve ser implantado a partir

de janeiro de 2020, com novos compromissos para atender as metas do Acordo de Paris. Mas uma revisão do decreto já estava ficando indispensável.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas**